



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS RELATIVAS AO EXERCÍCIO DE 2023

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Prefeitura Municipal de São José do Norte, unidade gestora do Poder Executivo do Município de São José do Norte, situado no Estado do Rio Grande do Sul é composta pelo Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito, e por 12 (doze) secretarias municipais, o órgão da Reserva de Contingência e a Procuradoria Municipal do Município.

O Município não possui órgãos da Administração Indireta.

As secretarias municipais são:

- Secretaria Municipal de Administração;
- Secretaria Municipal da Fazenda;
- Secretaria Municipal de Educação e Cultura;
- Secretaria Municipal de Obras Urbanismo;
- Secretaria Municipal de Saúde;
- Secretaria Municipal da Agricultura e da Pesca;
- Secretaria Municipal do Turismo, Esporte e Lazer;
- Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Sustentável;
- Secretaria Geral de Governo;
- Secretaria Municipal de Meio Ambiente;
- Secretaria Municipal de Assistência Social, da Cidadania e da Mulher;
- Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito.

O Município de São José do Norte participa do Consórcio Público do Extremo Sul, CNPJ nº 11.312.086/0001-04.

NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF). São baseadas, também, no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e de maneira subsidiária pelas normas brasileiras e internacionais de contabilidade do setor público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela *International Public Sector Accounting Standards Board (IPSASB)*, respectivamente, são compostas por:

- I. Balanço Orçamentário (BO);
- II. Balanço Financeiro (BF);
- III. Balanço Patrimonial (BP);
- IV. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- VI. Notas explicativas (NE)



NOTA 3 – CRITÉRIOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Aspectos Gerais das Demonstrações Contábeis

As estruturas das demonstrações contábeis contidas nos anexos da Lei nº 4.320/1964 foram alteradas pela Portaria STN nº 438/2012, em consonância com os novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP).

A elaboração das demonstrações contábeis tem por base as contas contábeis do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) aplicável à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, estendido pelo Plano de Contas Contábil do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.

Receitas e Despesas

As receitas e despesas orçamentárias foram codificadas de acordo com a Portaria Interministerial SOF/STN nº 163, de 2001 e suas respectivas alterações, sendo seus desdobramentos registrados em conformidade com os desdobramentos previstos no Plano de Contas, expedido pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.

Dívida Ativa - Curto e Longo Prazos

A segregação da dívida ativa em curto e longo prazos foi realizada mediante a metodologia sugerida pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, expedido pela Secretaria do Tesouro Nacional, que prevê que o montante a ser registrado em curto prazo seja estimado pelo dobro da média anual de recebimentos efetivos dos últimos três exercícios. O longo prazo contempla o restante do estoque de créditos inscritos em dívida ativa.

Ajuste para Perdas de Dívida Ativa

O critério de registro dos ajustes para perdas em dívida ativa é a média dos recebimentos sem correção dos exercícios de 2021, 2022 e 2023 dividido pelo saldo a receber da Dívida Ativa Tributária x 100, sendo este o percentual considerado como recebido e, para fins de registro do ajuste, contabiliza-se o percentual de não-recebimento.

Provisão para pagamentos de Precatórios

A provisão para pagamento de precatórios no exercício de 2024, foi registrada em 2023 na conta 2.1.7.1.1.01 – Provisão para indenizações trabalhistas (1077), no montante previsto na despesa 3.3.90.91.02 – Precatórios incluídos na Lei do Orçamento (4996), a qual consta na LOA 2024, tendo como parâmetro o memorando nº 6.903/2023/PGM e orientações do memorando nº1.023/2023.

Estoques



O método aplicado ao controle dos estoques é o Custo Médio Ponderado. O setor de almoxarifado faz o controle de entradas e saídas dos itens, a partir das notas fiscais de aquisição e de requisições de consumo, respectivamente. O valor escriturado nas contas de estoque da contabilidade é ajustado, sempre que necessário, conforme os balancetes mensais extraídos do sistema de controle de almoxarifado. Os ajustes são necessários devido a não existência de integração automática dos sistemas de Contabilidade e Almoxarifado.

Ativo Imobilizado

O Ativo Imobilizado está registrado inicialmente pelo custo de aquisição. Após o reconhecimento inicial, o ativo imobilizado é reconhecido pelo seu custo menos a depreciação acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável de ativos acumuladas. O método utilizado para o cálculo da depreciação é método linear. As informações de inclusões de itens por aquisições e exclusões por baixas, bem como de depreciação mensal dos bens, geradas analiticamente no setor de controle patrimonial, são automaticamente transferidas para a contabilidade, de forma sintética, através da integração entre os sistemas informatizados de contabilidade e patrimônio.

NOTA 4 – Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário demonstra as receitas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, previsão atualizada, receita realizada e o saldo, o qual corresponde ao excesso ou insuficiência de arrecadação. Demonstra, também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza de despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada, as despesas empenhadas, liquidadas e pagas e o saldo da dotação.

NOTA 5 – Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro demonstra as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e para o exercício seguinte. O Balanço Financeiro evidencia em um único quadro a movimentação financeira do Poder Executivo do Município de São José do Norte, demonstrando a receita orçamentária e as despesas orçamentárias, as transferências financeiras recebidas e as transferências financeiras concedidas, os recebimentos e os pagamentos extraorçamentários e os saldos do exercício anterior e para o exercício seguinte.

NOTA 6 – Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da Prefeitura Municipal de São José do Norte. Os ativos e passivos estão segregados em circulante e não circulante, conforme critérios estabelecidos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 9ª edição-MCASP. O Patrimônio Líquido demonstra o Patrimônio Social e os Resultados Acumulados dos Exercícios.

NOTA 7 – Demonstração das Variações Patrimoniais



Prefeitura Municipal de São José do Norte - RS Secretaria Municipal da Fazenda

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as alterações verificadas no patrimônio durante o exercício, resultantes ou independentes da execução orçamentária, indicando o resultado patrimonial do período.

NOTA 8 – Demonstração do Fluxo de Caixa

A Demonstração do Fluxo de Caixa apresenta as entradas e saídas de caixa, classificando-as em fluxos das atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

São José do Norte, 31 de dezembro de 2023.

Bruna Renata Saraiva Wyse, Contadora – CRC/RS nº 098.662

Luiz Gustavo Ramos da Hora, Contador - CRC/RS nº 089.323